

INDÍGENAS NA REVISTA “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Nuances do Imaginário dos Oficiais do Exército

INDIGENOUS PEOPLES IN THE JOURNAL “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Insights into the Imaginary of Army Officers

Alexandre Ataíde de Lima¹

Resumo: Este artigo analisa a categoria “Os indígenas do passado” na revista *A Defesa Nacional* entre 1988 e 1992. Para isso, emprega-se a metodologia de análise de conteúdo com o intuito de explorar as narrativas históricas e os estereótipos presentes nos textos do periódico. A análise indica que as representações dos indígenas são marcadas por um imaginário social que mescla realidade, regras sociais e estereótipos com interpretações militaristas. Tais percepções moldam a compreensão dos oficiais sobre o papel dos indígenas na sociedade brasileira e refletem uma complexa dinâmica entre história, cultura e identidade militar.

Palavras-chave: Questão Indígena, Pensamento Militar, Imaginário, *A Defesa Nacional*.

Abstract: This article analyzes the category “*The Indigenous Peoples of the Past*” within the journal *A Defesa Nacional* between from 1988 to 1992. For this purpose, content analysis is employed to explore the historical narratives and stereotypes present in the journal’s texts. The analysis indicates that representations of Indigenous peoples are marked by a social imaginary that merges reality, social norms, and stereotypes with militaristic interpretations. Such perceptions shape officers’ understanding of the role of Indigenous peoples in Brazilian society and reflect a complex dynamic between history, culture, and military identity.

Keywords: The Indigenous Question, Military Thought, Social Imaginary, *A Defesa Nacional*.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu direitos fundamentais e garantias básicas para os povos indígenas do Brasil, reconhecendo sua diversidade étnica e cultural, bem como seu direito às terras que tradicionalmente ocupam. Essas disposições constitucionais representaram uma mudança significativa na relação do Estado com os povos originários, superando a abordagem tutelar anterior (Cunha, 2012; Verdum, 2009). O Exército Brasileiro, cuja atuação se entrelaça com os territórios e as populações indígenas, integrou a questão indígena¹ à sua visão estratégica. Assim, as instituições militares desempenham um papel relevante no contexto das dinâmicas que envolvem as políticas indigenistas nacionais (ISA, 2024).

Essa questão indígena, dada a sua relevância, incita debates na sociedade brasileira, especialmente no domínio das ciências humanas. As relações entre os povos indígenas e o Exército brasileiro assumiram diversas formas ao longo da história,

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na linha de pesquisa “Estudos da Paz e da Guerra”. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). E-mail: alex_ataide@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0037-7061>.

adquirindo centralidade em certos períodos, tornando-se fundamentais para compreender o panorama político nacional e o imaginário castrense. No entanto, ao adentrarmos o campo de estudo das ciências militares, notamos uma escassez de análises que abordem a questão indígena. Tal lacuna nos leva a questionar como as identidades e culturas indígenas são compreendidas pelos militares do Exército, especialmente os oficiais.

Diante do exposto, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quais foram as impressões manifestadas pelo oficialato do Exército Brasileiro em relação aos povos originários? Este artigo argumenta que as representações de povos indígenas brasileiros, emergindo das narrativas históricas publicadas pela revista *A Defesa Nacional* entre 1988 e 1992, funcionam como uma plataforma que apresenta ao público percepções sobre os indígenas, construídas e interpretadas a partir de um imaginário social inerente aos oficiais do Exército.

Na segunda metade do século XIX e em parte do século XX, especialmente sob a influência de conceitos evolucionistas que precedem a antropologia social, havia a crença de que um grupo étnico poderia ser definido por critérios raciais identificáveis de modo objetivo, seja mediante características somáticas ou biológicas — uma visão que ainda é prevalente no senso comum. Nessa perspectiva, um grupo seria considerado indígena se fosse composto por descendentes diretos de uma população pré-colombiana. Contudo, é evidente que nenhuma população poderia se reproduzir isoladamente, sem a mistura com outros grupos, tal qual ocorreu com os indígenas brasileiros (Cunha, 2012).

A identidade indígena transcende a mera vinculação ao local de residência e ao compartilhamento de uma cultura ancestral. Ela se forma no processo reflexivo do autorreconhecimento — aquilo que o indivíduo atribui a si mesmo, mas que também depende da validação dos demais membros do grupo. De modo geral, essa identidade é continuamente moldada e modificada pelas interações com outras pessoas, gerando representações sociais que se baseiam tanto em diferenças reais quanto percebidas. Para os povos indígenas, isso implica que a identidade não é inerte nem homogênea, mas está em constante mudança, respondendo a diferentes categorias sociais e culturais (Harris; Poatha-Smith; Carlson, 2013; Pollak, 1992; Rosa *et al.*, 2021). Além disso, a cultura não é vista como uma característica intrínseca de um grupo étnico, mas como um resultado da transformação e da existência contínua desse grupo. Desse modo, morar entre indígenas não implica viver como eles; da mesma maneira, ser indígena, residir na cidade, frequentar a universidade ou possuir um telefone celular não resulta na perda da identidade étnica (Rosa *et al.*, 2021).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a categoria “Os indígenas do passado”, como identificada na revista *A Defesa Nacional* (abreviada daqui em diante como ADN), no período de 1988 a 1992. Ao todo, 21 textos foram identificados nessa categoria. Eles representam 37,5% dos 56 artigos publicados na ADN que mencionavam os indígenas do Brasil no período especificado. No período delimitado, foram publicadas 24 edições da revista, examinadas com base em dois marcos históricos importantes: a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), sediada na cidade do Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992.

O período iniciado em 1988 representa um marco de transformações sociais e políticas significativas ao reconhecer, pela primeira vez na história do constitucionalismo nacional, os direitos dos povos indígenas de forma explícita. Assim, iniciou-se uma nova etapa na relação entre esses povos e o Estado brasileiro, caracterizada por um esforço intenso dos movimentos indígenas na busca por representação e participação política direta (Evangelista, 2004; Lopes, 2014; Verdum, 2009). O ano de 1992, quando o Brasil sediou a Eco-92, trouxe à tona discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e mudanças climáticas (ONU, 2017). A postura adotada pelo governo brasileiro, embora predominantemente nacionalista, evidenciou uma sensibilidade em relação às questões ambientais e uma consciência sobre a importância da floresta Amazônica como um vasto reservatório de biodiversidade mundial (Viola, 2002). Essas transformações introduziram novas diretrizes normativas e políticas, estimulando uma reconfiguração do papel do Exército na questão indígena e demandando uma revisão das narrativas tradicionais e dos estereótipos presentes no pensamento militar brasileiro.

Assim, a escolha do intervalo de 1988 a 1992 permite uma compreensão mais aprofundada de uma época em que os direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional se tornaram temas de disputas simbólicas no interior do Exército Brasileiro. Analisar como essas questões foram abordadas e representadas na revista ADN contribui para elucidar as continuidades e rupturas do imaginário militar e suas conexões com a história nesse período.

Para entender como as representações sobre os povos indígenas foram construídas e difundidas no interior do Exército, é fundamental reconhecer a importância da revista ADN, que serviu como um canal de expressão e debate intelectual entre os oficiais. Lançada em 1913 por um grupo de doze indivíduos, incluindo oito oficiais brasileiros que haviam estagiado no Exército Imperial Alemão e quatro outros entusiastas, a publicação

inicialmente focava em textos técnicos sobre manobras militares e novos armamentos. No entanto, rapidamente passou a incluir análises da situação política e econômica do Brasil (Luna, 2010), características que se mantêm até os dias atuais.

A revista reúne artigos sobre uma variedade de temas importantes para os oficiais do Exército, incluindo inovações tecnológicas, doutrinas militares e questões relacionadas à realidade brasileira. Atuando como um órgão de coordenação intelectual, a ADN promove a discussão sobre problemas relevantes para o meio castrense, o que realça sua influência e representatividade na formação de um pensamento militar e nacionalista específico para o Brasil. Além disso, o periódico serve para difundir esse pensamento, tanto internamente quanto externamente, possibilitando um intercâmbio de ideias que podem contribuir para o estabelecimento de novos padrões de construção de conhecimento ao longo do tempo (Nascimento, 2010; Wietchikoski, 2014). As mudanças políticas resultantes do término do regime militar e a reavaliação de prioridades estratégicas, impulsionadas pelo fim da Guerra Fria, demandaram dos oficiais do Exército reflexões que ultrapassaram o imaginário positivista, incorporando novas ameaças (Marques, 2007). Desse modo, ao longo de sua trajetória, a revista ADN se firmou como um fórum relevante para o estudo do pensamento militar, tornando-se uma fonte importante para analisar como ideias e estereótipos — inclusive sobre indígenas — são gerados, divulgados e apropriados no contexto militar.

Pivatto Junior (2024) se refere ao pensamento militar brasileiro como um conjunto de produções ideacionais que delineiam prioridades e estratégias que devem ser implementadas pelas Forças Armadas Brasileiras. Esta definição inclui o modo pelo qual os militares percebem e interpretam as necessidades de defesa nacional e as diretrizes estratégicas em um cenário doméstico e internacional em constante mudança. Por sua vez, Pedrosa (2018) realça a essência do pensamento militar como profissional e doutrinário. Este é caracterizado por um conservadorismo derivado dos riscos extremos enfrentados pelos militares em sua profissão, e pela natureza burocrática da instituição castrense. Portanto, vale ressaltar que, neste artigo, a noção de pensamento militar não corresponde necessariamente às opiniões coletivas dos militares sobre temas como política, economia, cultura e sociedade (Pedrosa, 2022). Ademais, também não se refere à “mentalidade militar”, que diz respeito à visão de mundo dos militares, fundamentada em seus valores e princípios éticos específicos (Garcia, 1997).

Em síntese, neste artigo, abordamos o pensamento militar brasileiro como um conjunto de produções ideacionais geralmente referidas como “arte da guerra”, com ênfase na estratégia e na tática militares (Garcia, 1997). Esse pensamento se manifesta

em diversos formatos, abrangendo assuntos como teoria da guerra, políticas de defesa, doutrina e história militares, entre outros (Pedrosa, 2022). A estratégia, nesse contexto, refere-se à aplicação do poder militar para a conquista de objetivos políticos, analisando de modo interdisciplinar os dilemas do Estado (Baylis; Wirtz, 2002). A tática refere-se ao emprego das tropas no campo de batalha, englobando desde pequenas frações até exércitos inteiros e envolvendo as técnicas, armamentos e manobras necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos pela estratégia. A doutrina militar, por sua vez, representa o conjunto sistematizado de táticas, procedimentos e equipamentos que orientam as ações coordenadas durante as operações, sendo moldada pela experiência e pela padronização dentro de cada força armada (Brasil, 2015; Friedman, 2023).

Por outro lado, compreendemos que o pensamento militar também se fundamenta em noções socialmente construídas, que se baseiam em uma identidade moldada por elementos históricos, culturais e sociais (Adler, 1999; Hacking, 1999). No Brasil, o Exército valoriza o estudo da história e sua conexão com a arte da guerra, promovendo sua inclusão na grade curricular das instituições militares de ensino. Do mesmo modo que em Forças Armadas de outros países, o Exército Brasileiro considera a pesquisa histórica crucial para os líderes militares, pois proporciona um entendimento mais profundo da natureza e das tendências futuras da guerra (Murray, 2006). Assim, acreditamos ser fundamental analisar o papel dos imaginários sociais na interpretação de “fatos históricos” pelos colaboradores da revista ADN. Pois reconhecemos que os “fatos históricos” são construídos ao dar sentido aos eventos, refletindo escolhas que não são apenas observáveis, mas também questionáveis por meio de análise crítica. Afinal a própria relatividade da história evidencia a diversidade de perspectivas individuais dos pesquisadores (Certeau, 1982).

Embora exista uma extensa literatura acadêmica que explora problemas militares relacionados a diversos assuntos, o diálogo com a questão indígena é frequentemente relegado a um plano secundário. Isso evidencia uma lacuna importante na compreensão das impressões castrenses em relação aos povos originários. Com este estudo, buscamos investigar esse ponto, refletindo sobre as divergências entre a interpretação histórica veiculada pela revista ADN e aquelas apresentadas por outras referências e grupos sociais envolvidos com a questão indígena.

A seguir, abordamos as referências teóricas e metodológicas que fundamentam nossa pesquisa. Posteriormente, o desenvolvimento deste artigo divide-se em duas partes principais. Primeiro, explicamos a categoria “Os indígenas do passado”, buscando entender de que modo as representações dos povos indígenas do passado foram

ativamente construídas nos artigos da revista ADN. Em seguida, exploramos e problematizamos as subcategorias definidas no decorrer do tratamento metodológico da fonte, o que nos possibilita responder à pergunta de pesquisa.

Reflexões sobre o imaginário social

A partir do final do século XX, com o declínio das abordagens científicas e racionalistas na historiografia, o estudo do imaginário social ganhou centralidade (Pesavento, 1995), atuando como uma chave para compreender a construção de significados coletivos e os processos de legitimação de instituições como as Forças Armadas. Com esse enfoque, analisamos a revista ADN à luz da noção de representações e do imaginário social, conforme proposto por Baczko (1985), que destaca a importância das representações na configuração do poder e na organização da vida coletiva. Ele também menciona que o conceito de representação social se refere ao processo pelo qual um grupo desenvolve e compartilha interpretações sobre o mundo ao seu redor. Essas representações são criadas a partir de imagens, crenças e valores, que ajudam os indivíduos a entenderem sua identidade, suas relações sociais e a estrutura da sociedade.

O imaginário social se manifesta por meio de ideologias, símbolos, alegorias, rituais e mitos (Moraes, 1997). Conforme esclarecido por Stoppino (2004), entendemos ideologia em seu sentido mais amplo — como um conjunto de ideias e valores direcionados à esfera pública, capazes de guiar comportamentos coletivos e marcados por convicções e apelo emocional. Os símbolos, segundo Fidalgo e Gradim (2005), são signos que, por convenção, representam algo além de sua aparência física, ilustrando valores e identidades, como ocorre com emblemas e insígnias. O imaginário não se limita a replicar a realidade, mas cria significados por meio de imagens e expressões. Isso permite à imaginação transcender o presente e explorar diferentes possibilidades de realidade. Portanto, o que é considerado real não se restringe a uma sequência de eventos, pois pode ser transformado e alcançar novos patamares. Da mesma forma, as instituições não estão confinadas à esfera simbólica, mas existem dentro dela, uma vez que sua legitimidade provém dos significados aceitos pelas comunidades (Baczko, 1985; Moraes, 1997). Em suma, o imaginário e o real não são opostos; pelo contrário, o imaginário molda a realidade enquanto também é moldado por ela (Espig, 1998, 2003).

Baczko (1985) argumenta que, em situações de guerra, as representações dos adversários podem inspirar os homens a lutar, orientar suas ações, moldar suas condutas e legitimar a violência. Ele acredita que os bens simbólicos não geram ilusões falsas de

poder, mas fortalecem e garantem a obediência por meio de relações de sentido e autoridade. Esses bens representam mais do que a mera imagem de um objeto isolado, visto que essa imagem é selecionada para influenciar comportamentos. Assim, Baczko (1985) sugere que há uma ligação relevante entre a representação coletiva e o comportamento social. Ele sustenta que são os símbolos, e não as coisas em si, que moldam as condutas das pessoas.

Outrossim, as representações atuam como guias para nossas ações, moldando comportamentos e validando atitudes. Cada sociedade estabelece um sistema de representações que não apenas interpreta, mas também legitima sua estrutura, designando guardiões para esse sistema. Portanto, os imaginários sociais e suas representações são fundamentais para que uma comunidade consolide sua identidade e atribua diferentes papéis sociais aos seus membros. Como consequência, a sociedade é percebida como um sistema ordenado, onde cada pessoa tem seu lugar e propósitos definidos. Isso ocorre pelo estabelecimento de normas comportamentais baseadas em arquétipos, como líder exemplar, o guerreiro corajoso, o empregado dedicado (Baczko, 1985), ou aquele que é de particular interesse para esta pesquisa: o indígena.

Considerando o exposto, as noções de imaginário social, conforme proposto por Baczko (1985), se mostram valiosas para compreender as impressões dos oficiais do Exército em relação aos povos originários. Essas impressões se manifestam em representações que articulam realidade, estereótipos e regras sociais — entendidas como orientações que padronizam comportamentos e antecipam consequências para desvios (Onuf, 2015) — filtradas por uma visão militarista. Esse militarismo pode ser interpretado tanto como um conjunto de práticas e pensamentos associados à guerra, quanto como a crença de que as Forças Armadas são indispensáveis para a nação, priorizando os valores castrenses em detrimento dos interesses civis (Pasquino, 2004; Pion-Berlin, 2018).

Fontes e metodologia

Para investigar as impressões dos oficiais militares em relação aos indígenas, é fundamental definir de maneira clara as fontes e os métodos empregados nesta pesquisa. Logo, revisando os resultados de pesquisas sobre periódicos militares (Arias Neto, 2001, 2013, 2014; Morais, 2007; Nascimento, 2010; Roesler, 2018; Wietchikoski, 2014), constatamos que eles se apresentam como plataformas eficazes para a expressão do pensamento militar, sem a interferência direta de filtros institucionais. Embora esses periódicos não sejam a única plataforma capaz de captar esse pensamento, acreditamos

que, devido às suas características específicas — regularidade, articulistas variados, receptividade e longevidade — eles são veículos privilegiados. Isso permite que autores, tanto militares quanto civis, expressem suas ideias sobre uma variedade de temas considerados importantes para as instituições castrenses.

Nesse sentido, a revista ADN é importante para a disseminação de novas ideias, tanto no meio militar quanto fora dele. Os seus artigos alimentam discussões sobre as necessidades das Forças Armadas Brasileiras, com ênfase no Exército, oferecendo um espaço valioso para a troca de múltiplas perspectivas sobre a história e os povos indígenas do Brasil. Ademais, essas redes de socialização têm o potencial de integrar os oficiais militares a outros segmentos sociais interessados em questões de defesa e segurança nacional (Pivatto Junior, 2024).

Para um estudo adequado dos textos, empregamos a metodologia de análise de conteúdo conforme estabelecido por Laurence Bardin. Utilizamos a técnica de análise categorial para identificar e explorar os temas² encontrados nos textos. Esta técnica funciona como compartimentos, categorizando partes relevantes da mensagem para organizar fragmentos que antes pareciam desordenados, segundo critérios específicos (Bardin, 2011). Com isso, pretendemos ir além da simples estrutura argumentativa dos artigos, analisando não somente seu conteúdo explícito, mas também suas características e informações subjacentes (Bett, 2015; Moraes, 1999).

Por outro lado, Sampaio e Lycarião (2021) apontam que as limitações do manual de Laurence Bardin estão na simplificação do desenho e do processo de análise do conteúdo. Por conseguinte, neste trabalho, adotamos as recomendações desses autores para uma análise de conteúdo categorial aperfeiçoada, baseada em três estágios principais: conceituação e propósito, desenho e análise. Além disso, foram consultados estudos sobre relações militares-indígenas para subsidiar a formulação das perguntas de pesquisa. Também foram realizados testes preliminares de categorias e definidas regras detalhadas de classificação durante o processo individual de codificação³ (Sampaio; Lycarião, 2021).

Neste artigo, utilizamos as edições da revista ADN disponíveis para consulta via internet através do portal EB Revistas, mantido pelo Exército Brasileiro. Este portal hospeda várias publicações periódicas divulgadas por essa instituição militar. Os exemplares de ADN estão digitalizados em uma resolução adequada, no formato PDF, facilitando assim nossa coleta de dados.

Para conduzir uma avaliação eficiente dos textos de ADN, esta pesquisa recorre ao software MAXQDA, especializado na análise qualitativa de dados, o que possibilitou

a incorporação de técnicas da Teoria Fundamentada no processo de codificação (Woolf; Silver, 2018). Semelhante à abordagem de Bardin (2011), esse método utiliza diretrizes sistematizadas, todavia flexíveis, que possibilitam a separação, a classificação e a síntese de informações por meio da codificação qualitativa. Assim, nosso estudo pode conectar de maneira mais efetiva a noção de imaginário social proposta por Baczkó (1985) às impressões dos oficiais militares identificadas nos artigos analisados (Charmaz, 2009).

A Teoria Fundamentada representa uma abordagem metodológica alternativa para a análise de conteúdo, cujo foco principal é a construção de teorias de médio alcance que se baseiam em dados empíricos (Woolf; Silver, 2018). Durante o processo de concepção teórica, os conceitos e categorias são extraídos diretamente dos dados coletados, sendo então descritos e correlacionados. O software MAXQDA oferece suporte à realização de análises que empregam essa abordagem (Rädiker, 2023).

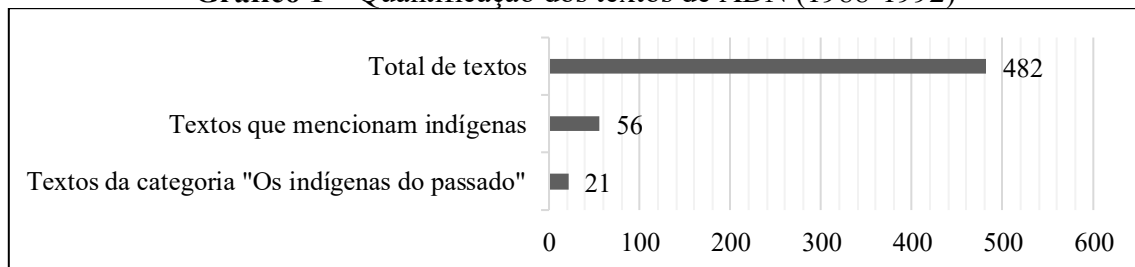
Assim, a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitiu identificar e organizar as unidades de registro nos textos da revista. A aplicação dos princípios da Teoria Fundamentada, por sua vez, permitiu uma análise mais detalhada desses registros e a formulação de categorias e constructos teóricos fundamentados nos dados (Charmaz, 2009; Woolf; Silver, 2018). Essa articulação entre sistematização e flexibilidade interpretativa proporcionou uma compreensão sólida dos padrões discursivos presentes no corpus.

Em síntese, iniciamos a análise dos textos da revista ADN por meio da leitura flutuante, obtendo uma primeira impressão do material (Bardin, 2011). Em seguida, identificamos todas as instâncias da palavra “indígena” e suas variações semânticas, para avaliar a frequência com que os autores se referem aos povos indígenas brasileiros em seus textos. Escolhemos o tema como unidade de registro e o parágrafo como unidade de contexto⁴, segundo a proposta de Bardin (2011). Durante todo o processo analítico, documentamos as informações e justificativas que levaram à criação e à nomeação dos códigos em um banco de dados vinculado ao arquivo eletrônico gerado pelo próprio MAXQDA. Devido à amplitude do conteúdo, a categoria "Os indígenas do passado" foi subdividida em subcategorias para facilitar a interpretação do material (Carlomagno; Rocha, 2016; Kolling, 2022). Concluímos relacionando as impressões dos oficiais do Exército acerca dos indígenas com a noção de imaginários sociais (Charmaz, 2009).

Desse modo, buscamos realizar uma categorização minuciosa das representações de indígenas presentes nos textos da revista ADN, permitindo uma interpretação mais profunda dos significados que moldam o imaginário social dos oficiais do Exército.

“Os indígenas do passado”, nas páginas da revista A Defesa Nacional

Neste artigo, dentro do recorte temporal já especificado, notamos que a revista ADN apresenta um conjunto variado de textos. Estes incluem editoriais, excertos informativos adicionados pelos editores com conteúdo diversificado e sem autoria específica, recomendações de livros, reproduções de matérias de jornais e outras revistas de grande circulação no Brasil, bem como comentários feitos por militares e civis sobre vários temas. Além disso, a revista também contém os artigos principais que formam o seu núcleo, com seus autores — sejam eles militares ou não — em destaque. Ressaltamos que poucos textos de ADN mencionam os povos indígenas brasileiros. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos textos nas 24 edições da revista analisadas no período:

Gráfico 1 – Quantificação dos textos de ADN (1988-1992)

Fonte: O autor, 2025.

Os registros classificados sob a categoria “Os indígenas do passado” oferecem impressões sobre a complexa interação entre europeus, indígenas e africanos no Brasil. As narrativas enfatizam as práticas opressivas dos colonizadores europeus, que introduziam práticas de trabalho estranhas à cultura local, recorrendo à escravização quando oportuno, diante da resistência dos indígenas. Paradoxalmente, as mesmas narrativas glorificam líderes portugueses, alegando que foram eles os arquitetos da nação. As descrições também retratam os povos originários como habitantes primitivos, perigosos e portadores de doenças tropicais graves. De acordo com os registros categorizados, os “índios” foram pacificados e incorporados às forças militares, chegando a atuar na defesa do território nacional em alguns momentos. Em especial, os estudos sobre a história brasileira divulgados por ADN, nos quais os indígenas são mencionados, reforçam repetidamente a miscigenação das três raças — brancos, índios e negros — afirmando que isso constitui a verdadeira essência do povo brasileiro.

Assim como houve dois tipos dominantes na composição da liderança, houve também duas culturas na sociedade brasileira. A maioria, embora obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, fabricada, substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da

natureza, dos índios, negros e mestiços, uma síntese nova e original. Pois não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e, apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia (Rodrigues, 1991, p. 39).

A revista ADN adota uma abordagem histórica alinhada à tradição historiográfica do século XIX. Essa perspectiva promove uma visão unificada e inseparável de fato, tempo e sujeito histórico. Segundo aqueles que escrevem para o periódico, um fato histórico era considerado único e restrito especialmente a grandes realizações militares e suas repercussões políticas. Eles enxergam o tempo de modo linear e seguem uma cronologia dessas realizações. Como resultado, o sujeito histórico é frequentemente retratado como um indivíduo determinante e central nos eventos, um verdadeiro herói na acepção clássica do termo (Teixeira, 1991).

Os articulistas de ADN mantêm um olhar atento sobre o papel sociopolítico desempenhado pela história, um elemento sempre enfatizado pela historiografia tradicional. Para esses autores, a narrativa histórica serve como um mecanismo de legitimação do Estado. Portanto, seu estudo da história fortalece a identidade nacional, transmitindo valores e tradições de um povo por meio da compreensão do seu passado. Os conflitos, as conquistas e seus respectivos heróis desempenham um papel crucial. Eles funcionam como pontos de referência na trajetória histórica do país e se tornam o verdadeiro mito fundador da nacionalidade. Essa narrativa é fundamental não apenas para a formação profissional castrense, mas também para o desenvolvimento da liderança entre os comandantes militares (Teixeira, 1991).

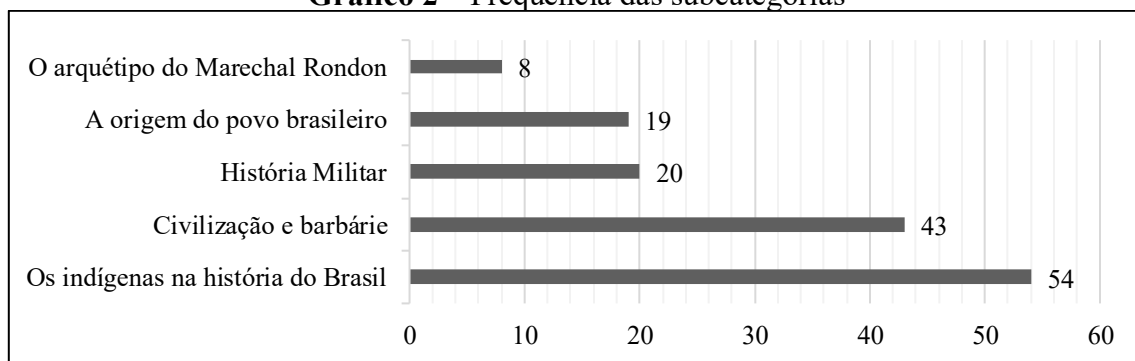
Na seção “Estudos Históricos, Jurídicos e Sociais” de ADN, é visível uma interpretação marcadamente positivista da história brasileira. Embora Augusto Comte tenha desejado uma rápida difusão do positivismo pelo mundo, ele talvez não antecipasse que o Brasil se tornaria tão receptivo às suas ideias, a ponto de abrigar o único templo dedicado a suas doutrinas. Benjamin Constant, um fervoroso defensor do positivismo em suas vertentes política e científica, também exerceu um impacto importante na elite do Exército Brasileiro no final do século XIX, influenciando diversas gerações de militares com seus princípios (Soares, 1998).

O positivismo unifica o processo de investigação científica com as metodologias das ciências naturais para decifrar o mundo social. Seus adeptos acreditam na existência de regularidades tanto no âmbito social quanto no natural, defendendo que pesquisas genuínas podem ser verificadas ou refutadas empiricamente (Adler, 1999). No Brasil, o positivismo se destaca por sua adaptação às particularidades sociais, políticas e culturais

do país, gerando correntes que ultrapassam uma única interpretação. Em contraste com países como a França, onde o positivismo de Comte era caracterizado por uma abordagem mais dogmática e uma ênfase na ciência como única fonte de conhecimento, no Brasil, ele se tornou um instrumento de crítica social e política, impulsionando a ideia de que a ciência poderia guiar a modernização nacional (Alonso, 1996).

O positivismo de Comte acrescentou ao ideal iluminista de evolução da sociedade o princípio de ordem, visando à conciliação das classes. Os positivistas do século XIX traçavam uma analogia entre a sociedade e um organismo vivo, considerando a elite industrial como o cérebro e a massa trabalhadora como os membros. Esta analogia sugeria que todos os “órgãos” da sociedade deveriam funcionar em harmonia (Barros, 2010). Embora sejam menos prevalentes na historiografia brasileira desde o século XX, essas perspectivas continuam a se manifestar nos estudos históricos publicados pela ADN, no período de 1988 a 1992. Nesse contexto, o Gráfico 2 ilustra a frequência das subcategorias estabelecidas durante a nossa análise da revista:

Gráfico 2 – Frequência das subcategorias



Fonte: O autor, 2025.

Os estereótipos associados aos povos originários, claramente presentes nos textos examinados, refletem a visão de mundo dicotômica dos militares (Castro, 2021). No entanto, também realçam as pressões que a sociedade em geral impõe sobre as instituições castrenses e seus integrantes. Representações homogêneas dos povos indígenas não são exclusivas do ambiente militar, pois também são reproduzidas por autores civis em alguns textos analisados. O problema reside no fato de que essas representações têm o potencial de moldar comportamentos sociais dentro do ambiente militar, funcionando como um parâmetro para compreender o papel e a relevância dos povos indígenas na estrutura social (Baczko, 1985). Afinal, acreditamos que as percepções presentes nos discursos veiculados pela revista contribuem para a incorporação de estereótipos ao imaginário militar, considerando sua influência e credibilidade.

Os indígenas na história do Brasil

Esta subcategoria é a mais expressiva em nosso corpus de análise. Os temas compostos por suas unidades de registro incluem: guerras, violência e repressão contra populações indígenas; interações sociais e políticas entre indígenas e não indígenas; considerações sobre a capacidade de trabalho dos indígenas; aspectos da circulação econômica durante o período colonial; participação na conquista e desbravamento do território brasileiro; proliferação de doenças entre os povos indígenas; e estudos sobre os povos originários. Esses temas compõem a base da narrativa histórica elaborada pelos articulistas, que oferecem uma perspectiva teleológica da história do Brasil e dos acontecimentos que eles consideram transformativos. Aparentemente, tais autores visam instruir seus leitores mediante o estudo dos “fatos históricos”.

Os escritores de ADN realçam as injustiças cometidas por aqueles que interagiam com os indígenas que viviam agrupados em aldeias ou como nômades dispersos. Eles evidenciam a supremacia dos colonizadores e a brutalidade imposta aos indígenas, ilustrada em descrições de massacres cometidos pelos colonizadores portugueses. Por outro lado, surge uma visão positiva sobre as ações das autoridades coloniais. Elas visavam tornar as populações locais úteis para atividades agrícolas, mineradoras e comerciais, inspirando-as por meio de seu modelo de desenvolvimento. No entanto, tais práticas eram incompatíveis com a cultura dos primeiros habitantes do território brasileiro.

O quadro revela uma notável contradição nos discursos apresentados em ADN. Embora nem todos os relatos retratem interações violentas entre brancos e indígenas, o europeu, particularmente de origem portuguesa, surge como protagonista em narrativas eloquentes e apologéticas. Paralelamente, guerras, exploração e o extermínio dos indígenas são os temas mais frequentes nesta subcategoria, conforme ilustrado no trecho escrito pelo então coronel do Exército, José Fernando de Maya Pedrosa:

Em Itatins, Mato Grosso, que eles reivindicavam para si, foram os índios massacrados até 1718, quando Pascoal Leme os expulsou definitivamente de lá. Ficaram marcados na alma pacífica dos índios aldeados os métodos ofensivos, de terror e crueldade, das tropas bandeirantes, sentimento que transpassou gerações e gerações (Pedrosa, 1989, p. 52).

O que os colaboradores de ADN expressam está em sintonia com a forma como Jurandyr Carvalho Ferrari Leite (1987) descreveu o tratamento da questão indígena pela perspectiva política positivista. Esta abordagem, fundamentada em uma visão

evolucionista, defendia a compaixão às populações desfavorecidas, consideradas vítimas necessitadas da assistência estatal. Segundo Leite (1987), os positivistas enxergavam negros e indígenas tanto como parte da nação brasileira, ao lado dos portugueses, quanto como grupos menos desenvolvidos que exigiam uma atenção especial. Essa atenção visava compensar a usurpação histórica das terras indígenas e a escravização dos negros africanos, atos de egoísmo que contrastavam com o altruísmo nacional. No entanto, a responsabilidade do Estado não se restringia à proteção; ele também teria a incumbência de educar os indígenas, preparando-os para se integrarem como trabalhadores na economia nacional (Leite, 1987), como observamos a seguir:

É que, por volta de 1800, tão grande era a carência de trabalhadores e colonos para a formação e desenvolvimento de novas povoações, que as autoridades buscaram meios de tornar esses índios úteis à agricultura e à mineração. E precisavam informar-se, pormenorizadamente (Mello, 1989, p. 21).

É desse modo que os artigos de ADN expõem suas impressões sobre o papel dos indígenas estiveram na história do Brasil. Frequentemente relegados ao papel de trabalhadores não qualificados ou retratados como insurgentes subjugados, escravizados, assimilados ou eliminados, suas ações raramente eram consideradas relevantes para a compreensão da história nacional. A marginalização dos indígenas e o apagamento de suas identidades ocorreram paralelamente à exaltação dos feitos dos colonizadores. Esses relatos que favoreciam uma interpretação eurocêntrica da história, alinhada com as correntes historiográficas e as políticas indigenistas do século XIX e da maior parte do século XX (Almeida, 2017).

Vale destacar que diversos autores presentes na seção “Estudos Históricos, Jurídicos e Sociais” da revista ADN, como José Honório Rodrigues⁵, Silvio Augusto de Bastos Meira⁶ e o coronel do Exército Cláudio Moreira Bento⁷, são membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O renomado estudo de Guimarães (1988) pontua que o IHGB foi fundado em 1838, durante um período crucial para a consolidação do Estado Nacional Brasileiro, desempenhando um papel importante na formação da identidade nacional. Ademais, o autor ressalta que a historiografia produzida nesse Instituto, amplamente referenciada nos artigos abordados na subcategoria “Os indígenas na história do Brasil”, tende a omitir a presença de povos originários e negros em sua visão idealizada do Brasil. Adicionalmente, o IHGB não distancia o Brasil da antiga metrópole portuguesa, mas o vê como sucessor na missão civilizadora iniciada pelos colonizadores.

Em última análise, diversos textos de ADN retratam os povos indígenas como selvagens e inferiores aos europeus. Dado que a publicação é amplamente disseminada entre os oficiais do Exército, a perpetuação de estereótipos de indígenas ingênuos e facilmente manipuláveis pode influenciar negativamente as atitudes desses militares em relação às questões indígenas. Além disso, à medida que a história indígena começa a reivindicar sua relevância na sociedade brasileira, surgem novas interpretações da história do Brasil, que reconhecem os povos originários como agentes ativos e sujeitos históricos, capazes de lutar pelos seus direitos e pela preservação de seu patrimônio histórico-cultural (Almeida, 2017).

Civilização e barbárie

O conteúdo desta subcategoria explora os contrastes entre os povos originários e a emergente civilização brasileira. Assim definida pelos articulistas, durante o período colonial, ela foi fortemente influenciada pelas tradições europeias. São temas abordados nesta subcategoria: incivilidade, selvageria e violência; humanização e unificação conduzidos pelos brancos; aldeamentos, sedentarização e organização das populações indígenas; o esclarecimento e o desenvolvimento sob a tutela religiosa; e comunidades indígenas.

Refletindo sobre os grandes feitos de patronos do Exército Brasileiro⁸, como Ricardo Franco de Almeida Serra e Cândido Mariano da Silva Rondon, as narrativas destacam os desafios enfrentados pelas expedições que desbravaram o interior do território brasileiro. Esses relatos ressaltam a hostilidade de certas tribos indígenas, como os Bororós ou os Guaicurus, que rejeitavam a educação jesuítica. Essas comunidades, consideradas arredias e primitivas, são intencionalmente contrastadas com outras que estavam em processo de estruturação e civilização sob a tutela e o exemplo dos colonizadores portugueses. Esta contradição discursiva opõe a civilização de inspiração europeia, vista como um ideal de progresso, à suposta barbárie e primitivismo dos “silvícolas”, vistos como um símbolo de atraso, como apontado no artigo do coronel do Exército Luiz Gonzaga de Mello:

Propôs que o aldeamento se fizesse na região de Miranda, onde os índios teriam facilidade para mudar de pastagem os seus animais. Os silvícolas se poderiam animar, além disso, pelo exemplo dos portugueses, ali estabelecidos, e dedicar-se, de igual modo, à agricultura, pois que as terras eram férteis. Sugeriu que se enviassem famílias de colonos agrícolas para se fixarem nas glebas. Seus hábitos

de trabalho e economia seriam exemplos vivos para os índios (Mello, 1989, p. 21).

De acordo com Rodrigues (2013), o conceito de civilização foi elaborado dentro de uma teoria evolucionista europeia, que se desenvolveu ao longo do século XIX. Esse conceito foi utilizado para distinguir a elite europeia de grupos populacionais considerados atrasados, estabelecendo uma dinâmica de exclusão que categorizava os não-europeus como bárbaros. O autor ressalta que a etnologia foi utilizada de maneira tendenciosa, baseada na ideia de que a Europa estava no “ápice da civilização”, enquanto as populações da África, América e Oceania eram vistas como estando em estágios anteriores dessa suposta escala evolutiva. Nesse cenário, durante o século XIX, o IHGB promoveu a ideia de um Brasil como uma extensão da civilização europeia nos trópicos. O instituto produziu uma historiografia que se inspirava em relatos históricos das interações entre jesuítas e indígenas, buscando promover um “processo de civilização” que também incluísse esses povos, enquanto refletia sobre as raízes da identidade nacional no esforço de unificação do território (Guimarães, 1988). Em 1991, a revista ADN publicava artigos que ainda eram fiéis a essa perspectiva historiográfica:

E, ao final, no Império, podia-se dizer que os processos civilizatórios dominavam os primitivos, quer na liderança, quer no povo, e ambos podiam-se orgulhar de algumas vitórias incontestáveis, tais como a unidade política, a integridade territorial, o regime representativo e a garantia das liberdades individuais (Rodrigues, 1991, p. 49).

No contexto do contraste entre civilização e barbárie, os temas desta subcategoria compõem a argumentação de que a colonização resultou na expansão dos aldeamentos indígenas na Amazônia, destacando uma ocupação sistemática e duradoura da região. Conforme os jesuítas convertiam e sedentarizavam os indígenas, eles eram assimilados pela cultura ocidental. No entanto, é intrigante notar a contradição apresentada em um artigo no qual o desaparecimento do indígena estereotipado é visto como uma razão para a Amazônia ter se tornado escassamente povoada. Este ponto realça a preocupação com o chamado “vazio demográfico” na região, comum entre oficiais do Exército:

Ao ser negociado o Tratado de Madrid, três quartas partes do vale amazônico estavam ocupadas permanentemente por aldeamentos indígenas que reconheciam a soberania portuguesa. Com o declínio dessas aldeias e a substituição dos jesuítas por colonos leigos, o repovoamento da Amazônia passou a ser um dos problemas mais sérios dos últimos tempos coloniais, cuja solução ainda hoje se faz sentir necessária (Silva, 1992, p. 104).

Ao cabo, representar a Amazônia como um ambiente hostil, reforça a ideia de que ela é lar de comunidades indígenas que necessitam ser tutelada, levando-os a abandonar o seu modo de vida tradicional. Sob essa ótica, os indígenas, considerados ingênuos e pouco desenvolvidos, poderiam ser facilmente influenciados por estrangeiros que lhes oferecessem vantagens modestas da civilização. Devido à sua aparente vulnerabilidade, eles poderiam até mesmo ameaçar a soberania nacional (Rodrigues, 2013), especialmente se estrangeiros com intenções ocultas estivessem interessados nas riquezas da Amazônia.

História Militar

Nos artigos de ADN que abordam assuntos relacionados à história militar, notamos a falta de um ceticismo benéfico que poderia esclarecer o mundo ambíguo e incerto ao qual os militares pertencem (Murray, 2006). Diante desse quadro, a subcategoria engloba os seguintes temas: a composição de diferentes forças militares; a presença de indígenas em conflitos armados ocorridos no território brasileiro; a mescla de raças na força militar terrestre; e a proteção de fronteiras e colônias pelos indígenas.

O historiador norte-americano Williamson Murray (2006), ao demonstrar seu interesse pelo período entre as duas Guerras Mundiais, ressaltou que as instituições militares têm a tendência de evitar um exame honesto de suas experiências passadas. Segundo Murray (2006), as lições aprendidas nos conflitos anteriores são seguidamente ignoradas ou distorcidas para agradar aos chefes militares. Para exemplificar o seu ponto de vista, o autor aponta que, do estudo minucioso da Primeira Grande Guerra realizada pelos alemães e dos aprendizados obtidos por meio dessas análises, o mito da “punhalada nas costas” alimentou a desinformação entre os analistas alemães. Este mito foi usado para mascarar erros políticos e estratégicos que, em grande medida, culminaram na derrota da Alemanha em 1945. Nesse sentido, os registros da subcategoria “História Militar”, apresentam temas cujas características compartilham diversas semelhanças com a historiografia criticada por Murray (2006).

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) possui uma influência marcante sobre os estudos de história militar publicados pela revista ADN. Tal relevância se manifesta por meio da contribuição de autores associados ao Instituto, bem como pela utilização de suas referências historiográficas, frequentemente citadas ao longo de diversas edições da revista. Oliveira (2014) destaca fortes indícios de uma conexão entre o IGHMB e o Exército Brasileiro, embora o Exército não confirme a existência de uma relação de subordinação entre ambas as instituições. A mesma historiadora salienta

que, além do grande envolvimento de militares da ativa do Exército na fundação do IGHMB, a edição comemorativa da Revista do Instituto, publicada em 1996, admitiu essa íntima ligação.

Desde a sua fundação, o IGHMB mantém como um dos seus principais objetivos a preservação da memória nacional, demonstrando uma dedicação especial à preservação de representações coletivas importantes para a instituição. Essa estratégia é essencial para garantir que as referências históricas perdurem ao longo do tempo, contribuindo assim para a formação de identidades. Os colaboradores de ADN abordam a história militar de modo análogo àquele que preconiza o IGHMB, que exalta o patriotismo dos fundadores da nação e inspira cidadãos brasileiros a atuarem na defesa do país (Oliveira, 2014).

Nesse ínterim, cabe destacar que o conteúdo da revista ADN ressaltava a origem diversificada das tropas terrestres presentes em território brasileiro, especialmente durante o período colonial. Essas forças teriam incorporado muitos indígenas e negros, grupos que eram marginalizados pela sociedade:

Isto com apoio, principalmente, em J.B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil*, onde escreveu: As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descendentes, por constituírem a massa da população (Bento, 1988, p. 8).

Embora as narrativas históricas da revista raramente aprofundem na descrição do contexto e dos desdobramentos da participação de povos indígenas na defesa do território da colônia portuguesa no Brasil, um artigo destaca este aspecto. O texto refere-se a um discurso proferido pelo general Octávio Costa⁹, no Instituto Militar de Engenharia em 1989. Naquela ocasião, ele enfatizou a presença de indígenas, negros e mestiços nas forças militares coloniais. Essa inclusão é vista como um símbolo da pluralidade étnica do Brasil. Desse modo, de acordo com os cronistas de ADN, enquanto a união de diferentes raças sob uma única instituição militar representa a origem do Exército Brasileiro, ela também é um fator essencial para o surgimento de uma identidade nacional unificada:

Como os colonizadores eram poucos para os desafios do trabalho construtivo e para a defesa armada, os portugueses não dispensaram, das fileiras combatentes, as classes menos favorecidas: os infratores da lei, os degredados, os mazombos, os indígenas e, depois, os escravos negros. Daí o Exército Brasileiro ter nascido, em suas raízes mais profundas, eminentemente popular, amálgama de diferentes estratos raciais e sociais, pois a integração racial e a motivação nacionalista dos combatentes da restauração conferem a Guararapes a condição de marco fundamental de nossa Força Terrestre (Costa, 1989, p. 81).

Em paralelo, em sua análise do programa do IGHMB, Oliveira (2014) sugere que os estudos realizados pelo instituto fizeram uso da história como ferramenta para promover a coesão entre as fileiras do Exército, além de unificar a sociedade em torno do projeto de construção e desenvolvimento do Brasil. Ademais, a autora defende que os fundadores do Instituto consideravam a história militar como um componente essencial para o aperfeiçoamento da doutrina militar em todos os níveis hierárquicos. Analogamente, os trechos da subcategoria “História Militar” indicam que a revista ADN percebe a história militar como um recurso útil no desenvolvimento novas doutrinas.

Hoiback (2013) identifica dois grupos distintos de pesquisadores da doutrina militar. O primeiro grupo pode ser denominado evidencialistas. Esses estudiosos defendem que, para uma doutrina ou teoria ser reconhecida como válida, ela deve ser sustentada por evidências adequadas. Tais confirmações podem abranger dados históricos, resultados de batalhas, análises estatísticas e outras formas de informação verificável. Ademais, os evidencialistas valorizam a lógica e a razão, reconhecendo que as teorias precisam ser coerentes e derivadas de princípios lógicos passíveis de teste e validação. Assim, as táticas e estratégias sugeridas pelos evidencialistas devem ser fundamentadas em evidências que comprovem sua eficácia em cenários reais.

Hoiback (2013) continua a explicar que o segundo grupo, conhecido como não-evidencialistas, aceita doutrinas fundamentadas em fontes que não dependem necessariamente de evidências empíricas rigorosas. Isso pode incluir crenças baseadas em experiências subjetivas que não podem ser quantificadas ou verificadas, mas ainda assim são consideradas válidas para aqueles que as vivenciam. Inclui-se também abordagens baseadas em tradições, intuições ou práticas que são consideradas confiáveis, mesmo sem fundamentação em dados empíricos.

O não-evidencialismo proporciona flexibilidade na justificativa de doutrinas. Isso permite aos estudiosos endossarem teorias fundamentadas em princípios filosóficos, éticos ou culturais, mesmo na ausência de uma base empírica robusta. Algumas teorias podem ser aceitas pela sua coerência interna, relevância cultural ou aceitação dentro de uma comunidade específica. No contexto da doutrina militar, o não-evidencialismo pode ser aplicado nas situações em que a experiência prática, a tradição ou a intuição são importantes na formulação de estratégias e táticas. Isso pode incluir a aceitação de princípios que se mostraram eficazes em contextos históricos específicos, mesmo que não possam ser rigorosamente testados em circunstâncias atuais (Høiback, 2013).

Em resumo, com base no recorte temporal analisado neste artigo, a revista ADN utiliza o estudo da história militar com o objetivo principal de auxiliar na criação e no

aprimoramento de doutrinas militares. Simultaneamente, seus artigos apresentam uma abordagem em que predomina a perspectiva não-evidencialista, conforme é definida por Høiback (2013). Desse modo, a perpetuação de impressões estereotipadas de povos indígenas na subcategoria “História Militar” pode resultar em distorções na interpretação da questão indígena sob vários aspectos da doutrina militar. Isso, portanto, pode influenciar a compreensão de diversos elementos relacionados à segurança nacional pelos oficiais do Exército.

A origem do povo brasileiro

Acreditamos que as ideias de Darcy Ribeiro (2015) sobre a formação do povo brasileiro ecoaram em determinados setores intelectuais ligados aos militares, evidenciando uma aproximação conceitual inesperada. Embora tenha sido exilado e enfrentado a repressão política durante o período do regime militar (Ribeiro, 2011), Darcy Ribeiro (2015) defendia que o Brasil é um povo nação estabelecido em seu próprio território, formando uma única etnia nacional, um povo coeso e consolidado pela assimilação de diversos imigrantes e outros grupos que se tornaram brasileiros, o que distingue nosso país de Estados fragmentados por conflitos étnicos. Desse modo, Ribeiro (2015) e os militares valorizam a noção de um Brasil moldado pela mistura de povos, uma convergência que reflete a influência do pensamento de Rondon sobre o antropólogo, que se considerava admirador do trabalho Marechal na defesa dos povos indígenas, embora sugerisse uma expansão crítica de sua obra (Mattos, 2007).

Diante desse quadro, a subcategoria contempla os seguintes temas: a miscigenação entre indígenas, negros e brancos; o mito da união das três raças que origina a nação brasileira e o Exército Brasileiro, a prevalência dos europeus sobre identidade nacional; e a mistura de culturas em território brasileiro.

Os escritores da revista ADN exploram a formação do povo brasileiro por meio do mito das três raças fundamentais: brancos, negros e índios. A interação desses grupos é percebida como o pilar da nação e, por extensão, do Exército Brasileiro. Dentro dessa visão, a contribuição dos indígenas na resistência contra os invasores holandeses em Guararapes se destaca, um episódio no qual a união das três raças foi caracterizada por um espírito de civismo e conciliação, conforme notamos a seguir:

É consenso, entre a maioria dos historiadores e intérpretes do processo histórico brasileiro, que a vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes despertou o espírito de Exército e de Nação no Brasil.

Para esse momento basilar concorreram — com sacrifício, sangue, vidas e heroísmo — brancos, negros, índios e demais brasileiros resultantes da fusão de representantes dessas três raças, após um caldeamento intenso no Brasil de quase 150 anos (Bento, 1988, p. 112).

Ademais, os textos ressaltam que tanto os indígenas quanto os negros desempenharam papéis importantes na formação do Brasil, mesmo estando sob o domínio da colonização portuguesa que se estendeu por aproximadamente três séculos. As narrativas assinalam que, apesar das adversidades, indígenas subjugados e negros africanos escravizados foram essenciais. Em harmonia com a natureza e com apoio de uma minoria europeia conciliadora, eles ajudaram a construir uma identidade nacional brasileira única e autêntica:

Na primeira fase são tais as contradições da tese portuguesa e da antítese do ambiente, dos índios e negros, que a síntese do antigo e do novo é uma criação inteiramente nova e original, apesar da europeização dominante, do lusitanismo vitorioso na aparência das formas sociais (Rodrigues, 1991, p. 41).

Em suma, a revista ADN destaca as contribuições indígenas para a formação da identidade nacional, retomando a historiografia produzida pelo IHGB, especialmente aquela inspirada pelas ideias positivistas do século XIX e início do século XX. Para os pensadores do Instituto, era essencial descrever os costumes, a língua, a catequese e o aproveitamento dos indígenas como mão de obra, com o objetivo de reforçar a construção simbólica da nação, uma prioridade naquele período histórico. Desse modo, a subcategoria “A origem do povo brasileiro” apresenta impressões da realidade dos povos indígenas indicando que a sua integração à nação é imprescindível, e que o comércio e a educação são importantes na interação com essas comunidades. Além disso, o Estado assume um papel central no processo de aculturação e assimilação desses povos (Guimarães, 1988).

O arquétipo do Marechal Rondon

Embora esta subcategoria não seja tão representativa quanto as outras, é perceptível que os cronistas da revista ADN articulam descrições precisas, em diferentes contextos, de um modelo ideal de interação com as comunidades indígenas. Este modelo se inspira na conduta do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cujas ações exemplares são vistas como um ideal a ser seguido. Nesse sentido, os temas abordados nesta subcategoria são: evidências do positivismo rondoniano e a proteção dos povos indígenas.

Cândido Mariano da Silva Rondon, nascido em 5 de maio de 1865 no interior de Mato Grosso, era um engenheiro militar competente, além de possuir formação em matemática e ciências físicas e naturais. Após deixar o serviço ativo no Exército aos 65 anos, Rondon dedicou-se à promoção do conhecimento científico acerca da região amazônica e seus habitantes. Durante sua formação na Academia Militar, Rondon conheceu Benjamin Constant e, assim como seu instrutor, manteve-se fiel ao positivismo durante toda a sua vida. Frequentou um templo positivista inaugurado em 1897 no Rio de Janeiro e os princípios da filosofia de Comte orientaram seu comportamento e decisões como servidor público. É importante ressaltar que ele se esforçou para aplicar os princípios positivistas em suas interações com os povos indígenas durante as numerosas expedições que liderou pelo Brasil (Rohter, 2019).

A revista ADN, em seus textos, enfatiza a postura pacifista do Marechal Rondon e celebra os povos indígenas como os verdadeiros donos da terra brasileira. Na ADN, o princípio do amor à humanidade, defendido por Rondon, é constantemente reafirmado. Fiel ao lema “morrer, se preciso for, matar nunca”, o Marechal conduziu suas expedições guiado por esse ideal humanitário, um aspecto sempre ressaltado como parte de seu grandioso legado. Em 1988, a revista publicou um artigo exclusivamente dedicado à figura histórica do Marechal Rondon. Este texto enaltece sua adesão ao positivismo, que, por meio de sua abordagem pacifista e humanitária, teria promovido o respeito pelas culturas indígenas:

Tentamos, baseado no próprio Rondon (Rondon Conta sua Vida, de Ester de Viveiros), mostrar aos estudiosos e, principalmente, aos brasileiros, só com a “Campanha Sertanista”, o que foi o ciclópico trabalho realizado por Rondon em meio de inúmeras privações, terreno e clima hostis e pregando o apostolado do amor à humanidade e o respeito e consideração ao Índio, tido por ele como o verdadeiro senhor da terra (Pondé, 1988, p. 57).

Em contrapartida, Leite (1987) aponta que a perspectiva positivista se mostrava dogmática e autoritária, buscando a resolução de conflitos sociais por meio de uma concepção pré-determinada de bem comum, e atribuindo ao Estado o papel de provedor de benefícios. Segundo esse pesquisador, tal visão resultava em estagnação social, na qual a participação política da população era menosprezada e a questão indígena era deixada sob total controle do Estado. Do mesmo modo, a ideia de proteção aos indígenas tornava-se ambígua, oscilando entre a defesa contra ações violentas e uma assimilação que negava suas identidades étnicas.

Além disso, conforme discutido por Tadeu Morato Maciel e Thiago Moreira de Souza Rodrigues (2024), mesmo que o Apostolado Positivista Ortodoxo atribuísse a

Rondon o mérito da pacificação de indígenas hostis, os métodos que ele empregou para estabelecer contato amigável com as populações indígenas, atuando como um mediador confiável e bondoso, já eram utilizados pelos jesuítas no século XVI. Os autores sustentam que, embora não houvesse uma guerra declarada contra os indígenas ou uma conversão forçada ao cristianismo, as comissões rondonianas só permitiam o exercício de direitos pelos povos originários se eles adotassem o positivismo e seu modelo de tutela. Nessa lógica, o método de pacificação de Rondon tornara-se a principal contribuição do Estado para a sobrevivência das comunidades indígenas brasileiras.

Assim, ao examinarmos os excepcionais esforços do Marechal Rondon, descritos nos artigos da revista ADN, notamos o emprego de estereótipos de povos originários que negam às comunidades indígenas a possibilidade de desempenhar um papel ativo na história do Brasil. Esses estereótipos ajudam a compreender o processo pelo qual os imaginários dos oficiais do Exército influenciam a construção de significados, o estabelecimento de normas e a adoção de práticas com características coloniais, em relação às comunidades indígenas brasileiras.

Considerações finais

Por meio de uma cuidadosa análise das impressões expressas em relação aos povos originários, presentes nas narrativas históricas publicadas pela revista ADN, este artigo explorou as relações de sentido entre o pensamento militar brasileiro e o imaginário dos oficiais do Exército. Desse modo, buscamos compreender como os oficiais incorporam a questão indígena em sua visão de mundo.

Partindo de uma concepção ampla de pensamento militar, que engloba a produção de conhecimento relacionado à estratégia e tática militares (Garcia, 1997; Pedrosa, 2022), acreditamos ser crucial entender como os oficiais percebem os povos indígenas e de que modo essas impressões podem influenciar suas condutas. O imaginário e as representações sociais desempenham papel importante nesse processo, pois estereótipos tendem a moldar como os oficiais lidam com a questão indígena. Portanto, questionar tais representações é fundamental para fomentar um diálogo mais aprofundado e empático entre esses dois grupos sociais.

A revista ADN reconhece a contribuição dos povos originários na formação do Brasil. Contudo, sustenta-se em uma historiografia tradicional que exalta heróis nacionais e seus feitos grandiosos (Teixeira, 1991), o que permeia o imaginário dos oficiais e resulta em interpretações tendenciosas da história. Do mesmo modo, percebemos uma conexão

entre o estudo da história militar e o desenvolvimento da doutrina castrense, que não só guia o corpo de oficiais, mas também reflete a identidade e os valores desse grupo. Como resultado, os indígenas, retratados em ADN como primitivos, desorganizados e ingênuos, acabam representando uma visão deturpada da história brasileira. Sob o prisma da doutrina militar, essa perspectiva leva as instituições a subestimarem a capacidade dos povos indígenas de contribuir efetivamente na ocupação e defesa do território nacional.

Entretanto, é importante destacar que as representações dos povos indígenas apresentadas pela revista ADN constituem construções discursivas de um grupo social específico — os oficiais do Exército Brasileiro — dotados de interesses próprios. O discurso sobre os indígenas, divulgado na revista, reflete não apenas as visões de mundo e os valores predominantes entre os militares, mas também responde a interesses institucionais relacionados à defesa da soberania, à integridade territorial e à legitimidade do próprio Exército no contexto nacional. Dessa forma, debates recorrentes como a civilização, a assimilação e a imagem do indígena como agente de instabilidade ou como recurso estratégico para a proteção territorial, são selecionados por servirem a determinadas funções simbólicas específicas para os militares. Adotar essa perspectiva crítica permite compreender tanto as limitações quanto os objetivos desses discursos e seus potenciais efeitos sobre o imaginário militar e as políticas indigenistas brasileiras.

As ideias positivistas, originadas do filósofo Augusto Comte, exerceram profunda influência na percepção dos militares acerca da sociedade e na construção de sua narrativa histórica (Leite, 1987; Rohter, 2019). A revista ADN reflete essa perspectiva ao interpretar a história do Brasil, situando a agência dos povos originários dentro de um contexto de ordem estritamente definido. Essa visão, incorporada ao imaginário militar, afasta os indígenas da vida política e promove uma relação marcada pela desconfiança.

Por outro lado, em 16 de janeiro de 2023 o Exército publicou Portaria EME/ C Ex n.º 946, aprovando a Diretriz para o Relacionamento do Exército Brasileiro com as Comunidades Indígenas. Este documento sinaliza mudanças importantes de postura, destacando o interesse do Exército em estabelecer laços estreitos com as comunidades indígenas de todo o país. Além de reconhecer a organização social, a língua e a responsabilidade da União na demarcação de terras indígenas, a diretriz também encoraja os militares e suas famílias a entenderem e respeitarem os costumes e tradições indígenas. Isso abre caminho para novos estudos que podem analisar as relações entre o Exército e as comunidades indígenas, investigando se as perspectivas da história indígena e da nova história militar têm influenciado o modo como os oficiais estudam o passado e o impacto dessas mudanças no imaginário do oficialato acerca dos povos originários.

Em última análise, a relação entre militares e indígenas é complexa e exige estudos e diálogos contínuos, que sejam abertos e tolerantes. Somente através da compreensão recíproca, da superação de estereótipos e da valorização da história e do patrimônio cultural dos povos originários será possível promover uma convivência mais justa e uma abordagem eficaz dessa questão complexa.

Referências

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 1999. p. 201-246

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 17-38, 2017.

ALONSO, Angela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 42, p. 109-134, 1996.

ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha Brasileira no início do século XX: tecnologia e política. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 84-112, 2014.

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional — 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2001.tde-20062023-124441>. Acesso em: 29 set. 2024.

ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX. *Navigator*, v. 9, n. 18, p. 55-64, 2013.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia einaudi*, v. 5, p. 296-332, 1985.

c, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 1, n. 2, p. 73-102, 2010.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. Introduction. In: BAYLIS, John *et al.* (org.). *Strategy in the contemporary world: an introduction to strategic studies*. Londres: Oxford University Press, 2002. p. 1-14.

BETT, Ianko. *Catolicismo e cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)*. 2015. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5996>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)*. Ed. 5. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. *Portaria – EME/C Ex Nº 946, de 16 de janeiro de 2023. Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas (EB20-D-07.095)*. 16 jan. 2023. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_946_eme_16jan2023.html. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARLOMAGNO, Márcio C; ROCHA, LC da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Tradução: Joice Elias Bryant. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Ed. 1. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO. *Cadernos de Liderança Militar*. Rio de Janeiro, RJ: DECEX, 2022.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. *Anos 90*, v. 6, n. 10, p. 151–167, 1998.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história (The Concept of Imaginary: Reflection on its Use by History). *Textura - Revista de Educação e Letras*, v. 5, n. 9, 2003.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-14417.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

FRIEDMAN, Brett A. Tactics. In: CARROLL, Katherine; HICKMAN, William B. (org.). *Understanding the U.S. Military*. Abingdon; New York: Oxon; Routledge, 2023, p. 242-258.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, Massachusetts; Londres, Inglaterra: Havard University Press, 1999.

HARRIS, Michelle; POATHA-SMITH, Evan; CARLSON, Bronwyn. Indigenous Identities and the Politics of Authenticity. In: HARRIS, Michelle; NAKATA, Martin; CARLSON, Bronwyn (ed.). *The politics of identity: Emerging indigeneity*. Sidney, Australia: UTSePRESS, 2013.

HØIBACK, Harald. *Understanding military doctrine: a multidisciplinary approach*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2013.

ISA, Instituto Socioambiental. *Povos indígenas e soberania nacional — Povos Indígenas no Brasil*. Brasil, 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povos_ind%C3%ADgenas_e_soberania_nacional. Acesso em: 16 mar. 2024.

KOLLING, Patrícia. *Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19*. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. *Revista de Antropologia*, p. 255-275, 1987.

LOPES, Danielle Bastos. O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 83, 2014.

LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MACIEL, Tadeu Morato; RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. O projeto indigenista de Rondon como manifestação do “dispositivo pacificação” no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 11, n. 2, p. 77-106, 2024.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MATTOS, Andre Luis Lopes Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395040>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra – O Soldado, o Engenheiro e suas obras. *A Defesa Nacional*, n. 741, p. 7-41, 1989.

MILITARISMO. In: PASQUINO, Gianfranco. In: *Dicionário de Política*. v. 2. Ed. 5. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 748-754.

MILITARISMO. In: PION-BERLIN, David; SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 623-632.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 93-104, 1997.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. A Defesa Nacional e a coesão militar: normalização e relações de poder no interior da caserna. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), São Leopoldo, 2007. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

MURRAY, Williamson. Thoughts on military history and the profession of arms. In: WILLIAMSON, Murray; SINNREICH, Richard Hart (ed.). *The past as prologue — The importance of history to the military profession*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2346>. Acesso em: 24 set. 2024.

OLIVEIRA, Natalia Vial de. *O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

ONU, As Nações Unidas no Brasil. *Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU*. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76532-confer%C3%A2ncias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-um-miniguia-da-onu>, <https://brasil.un.org/pt-br/76532-confer%C3%A2ncias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-um-miniguia-da-onu>. Acesso em: 1 set. 2024.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). *International relations in a constructed world*. Londres, Reino Unido; Nova Iorque, Estados Unidos da América: Routledge/Taylor & Francis Group, 2015. p. 58-78.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. A Guerra da Tríplice Aliança: Aspectos Históricos. *A Defesa Nacional*, n. 745, p. 47-65, 1989.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e reestruturação do Exército brasileiro (1960-1980)*, 2018. Tese (Doutorado História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000863735&local_base=UFR01. Acesso em: 13 set. 2024.

PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO. In: PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (org.). Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): volume II. Rio de Janeiro: Autografia, 2022, p. 383-401.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PIVATTO JUNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/276354>. Acesso em: 6 set. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 37-59, 1988.

RÄDIKER, Stefan. *Doing Grounded Theory with MAXQDA. Guidance and tips for your practice*. Berlim: MAXQDA Press, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36192/978-3-948768164>. Acesso em: 26 set. 2024.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. *Sociedade e Estado*, v. 26, p. 23-49, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Ed. 3. São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, José Honório. Características do Povo Brasileiro. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 36-58, 1991.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Militares e Questões Indígenas: Estudo sobre Cultura e Civilização nas Fronteiras Norte do Brasil (1927-1930). *Semioses*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-7, 2013.

ROESLER, Rafael. Os periódicos como fontes de pesquisa. Uma experiência com a revista A Defesa Nacional. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 154, n. 2, 2018.

ROHTER, Larry. *Rondon, uma biografia*. tradução: Cássio de Arantes Leite. Ed. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

ROSA, Marlise *et al.* *Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. Brasília: ACNUR Brasil – Agência da ONU para Refugiados, 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 758, p. 91-114, 1992.

SOARES, Mozart Pereira. A influência de Augusto Comte no pensamento brasileiro. *Episteme, Porto Alegre*, v. 3, n. 6, p. 144-153, 1998.

SOUZA, Bruna Lacerda de. Questões indígenas: um percurso pela História Indígena como domínio. *Faces de Clio, Juiz de Fora*, v. 8, n. 16, p. 168-185, 2022.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A história militar e a historiografia contemporânea. *Revista Nação e Defesa*, v. XVI, n. 59, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/2697>. Acesso em: 4 mar. 2025.

VERDUM, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Povos Indígenas: Constituições e reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos, 2009.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, p. 25-46, 2002.

WIETCHIKOSKI, Luciana. *O pensamento militar brasileiro e os Estados Unidos: a revista A Defesa Nacional no final do regime militar (1979 a 1985)*, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/114435>. Acesso em: 24 set. 2024.

WOOLF, Nicholas H.; SILVER, Christina. *Qualitative analysis using MAXQDA: The five-level QDA® method*. Abingdon,; New York: Routledge, 2018.

Fontes

BENTO, Cláudio Moreira. General-de-Divisão Augusto de Tasso Fragoso (1867-1945). *A Defesa Nacional*, n. 750, p. 105-117, 1990.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Abolição: Concurso Literário Tasso Fragoso. *A Defesa Nacional*, n. 743, p. 109-158, 1989.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Abolição (Pensamento e Ação). *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 7-16, 1988.

CASTRO, Sebastião José Ramos de. Da necessidade das FFAA. *A Defesa Nacional*, n. 754, p. 18-27, 1991.

COSTA, Octávio Pereira da. O Engenheiro e Soldado. *A Defesa Nacional*, n. 743, p. 80-98, 1989.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os Militares e a Política durante o Império. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 123-143, 1991.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os Militares e os Políticos durante o Império. *A Defesa Nacional*, n. 749, p. 83-105, 1990.

MARIOTTI, Francisco. O Militar e a Política na República. *A Defesa Nacional*, n. 746, p. 51-72, 1989.

MATHIAS, Herculano Gomes. A Inconfidência Mineira: Aspectos Militares. *A Defesa Nacional*, n. 748, p. 61-69, 1990.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. A Amazônia e o Projeto Calha Norte. *A Defesa Nacional*, n. 756, p. 29-41, 1992.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra — O Soldado, o Engenheiro e suas obras. *A Defesa Nacional*, n. 741, p. 7-41, 1989.

OLIVEIRA, José Lopes de. Descobrimento do Rio das Amazonas. *A Defesa Nacional*, n. 753, p. 21-34, 1991a.

OLIVEIRA, José Lopes de. Memória Institucional: Um caso concreto. *A Defesa Nacional*, n. 754, p. 94-100, 1991b.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. A Guerra da Tríplice Aliança: Aspectos Históricos. *A Defesa Nacional*, n. 745, p. 47-65, 1989.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 37-59, 1988.

RODRIGUES, José Honório. Características do Povo Brasileiro. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 36-58, 1991.

SENA, Davis Ribeiro de. A Guerra das Caatingas. *A Defesa Nacional*, n. 747, p. 7-28, 1990.

SENA, Davis Ribeiro de. O Vendaval Republicano. Breve dissertação militar. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 59-70, 1991.

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 758, p. 91-114, 1992.

SOUTO, Claudio Heráclito *et al.* Ameaças à Soberania Nacional na Amazônia. Hipótese de Guerra. Estratégias para a Defesa da Região. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 11-35, 1991.

VIEIRA, João Paulo S. O perfil de Tiradentes. *A Defesa Nacional*, n. 737, p. 54-74, 1988.

Artigo recebido em 23/01/2025

Aceito para publicação em 18/07/2025

Editor(a) responsável: Sofia Rossi Menezes

¹ Considerando a natureza interdisciplinar dos estudos sobre História Indígena, o termo “questões indígenas” é usado para abranger qualquer tipo de discussão sobre os povos indígenas do Brasil (Souza, 2022). Isso inclui conflitos territoriais, desenvolvimento socioeconômico, representação política, preservação cultural, autonomia e autodeterminação dos povos originários, entre outros.

² O tema é uma unidade de significado empregada na análise de conteúdo. Consiste em uma afirmação ou síntese sobre um determinado tópico, que pode ser articulada por meio de uma frase simples ou complexa.

Um tema pode ser expresso por meio de diversas afirmações ou insinuações, sobressaindo-se em um texto analisado conforme critérios teóricos estabelecidos pelo próprio analista (Bardin, 2011).

³ De acordo com Sampaio e Lycarião (2021), para incrementar a confiabilidade de uma codificação realizada por um único indivíduo, devemos conduzir revisões regulares do material, implementando um teste de confiabilidade em estágio intermediário. Nele o codificador analisa e contrasta os resultados alcançados, identificando possíveis falhas ou inconsistências.

⁴ A unidade de registro refere-se ao segmento codificado do texto que é designado para auxiliar na classificação e na contagem. Seu tamanho pode variar conforme o material e os objetivos da análise. Por outro lado, a unidade de contexto é um trecho mais extenso do texto que facilita a compreensão e a codificação da unidade de registro, como uma frase que se relaciona a uma palavra ou um parágrafo que se refere a um tema (Bardin, 2011).

⁵ José Honório Rodrigues foi membro da Academia Brasileira de Letras e um historiador bastante conhecido no meio acadêmico brasileiro do século XX. É possível afirmar que a sua produção intelectual se caracteriza por seguir uma abordagem historiográfica tradicional.

⁶ Silvio Augusto de Bastos Meira é tido como estudioso da língua, literatura e cultura alemãs, foi advogado e recebeu a distinção de professor emérito da Universidade Federal do Pará. Ele desempenhou papel ativo na política regional e nacional, contribuindo como membro da Constituinte de 1946.

⁷ O coronel Cláudio Moreira Bento possui extensa produção intelectual de caráter histórico, com uma obra que abrange grande variedade de assuntos, principalmente os ligados à esfera militar e à trajetória das Forças Armadas Brasileiras. Além de sócio do IHGB, também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Exército, Diretor do Arquivo Histórico do Exército e professor de história militar da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

⁸ Os patronos são personalidades que simbolizam valores e virtudes militares, atuando como fonte de inspiração. São selecionados com base em sua trajetória de vida marcando, atos heroicos e contribuição relevante para a história do Exército Brasileiro. Ricardo Franco de Almeida Serra é o patrono dos Engenheiros Militares, enquanto Cândido Mariano da Silva Rondon é o patrono da arma de Comunicações.

⁹ O general Octávio Costa integrou a Força Expedicionária Brasileira entre 1944 e 1945, tendo uma participação ativa nas operações militares na Itália. Ele é autor de duas obras memorialísticas que abordam a Segunda Guerra Mundial, e sua contribuição para o pensamento militar brasileiro é valorizada pelo Exército (Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022).